
Os números favoráveis da indústria e a sustentabilidade do crescimento

Clarisse Chiappini Castilhos*

Economista da FEE.

Resumo

No ano de 2004, a produção industrial, brasileira e gaúcha, atingiu a mais longa fase de crescimento dos últimos anos, em consequência, principalmente, da expansão das exportações e de seus reflexos sobre o mercado doméstico. Em 2005, a continuidade desse desempenho dependerá, principalmente, do comportamento das exportações e da queda da taxa de juros. No entanto, esses fatores não são suficientes para garantir um crescimento sustentável que suponha uma expansão proporcional do emprego, uma melhor distribuição da renda e a presença mais efetiva do Estado na orientação e no controle dos investimentos. Uma análise preliminar dessas informações sugere que a indústria ainda está muito distante de reunir as condições capazes de garantir um desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave

Indústria brasileira; indústria gaúcha; sustentabilidade.

Abstract

By the end of 2004, the brazilian and the Rio Grande do Sul State's industries achieved the longest phase of growth of the last years due, mainly, to the growth trend of exports and its effects on the domestic market. In 2005, the

* A autora agradece o qualificado e dedicado apoio técnico do estagiário, estudante de Economia, Cristiano Ponzoni Ghinis, bem como aos colegas Economistas Áurea Correa de Miranda Breitbach, André Luis Forti Scherer, Maria Lucrecia Calandro e Silvia Horst Campos.

maintenance of this performance will depend on the interest rate levels decline and on the continuation of the exports increase. However, these factors are not enough to guarantee a sustainable growth that assumes a proportional employment expansion, a better income distribution and the more effective presence of the Government in the investments orientation and control. The analysis of this information suggests that the industry is still very distant of congregating the conditions capable to guarantee a sustainable development.

Artigo recebido em 11 jan. 2005.

O ano de 2004 marcou, indiscutivelmente, uma retomada do crescimento industrial acelerado na indústria brasileira, bem como na da maior parte dos estados brasileiros. Esse desempenho foi, em grande medida, impulsionado pelo aumento das vendas externas, com efeitos diretos sobre a indústria de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos) e indiretos sobre vários fornecedores de insumos e de máquinas e equipamentos. Como consequência, observaram-se efeitos positivos sobre a demanda agregada, que só não foram maiores devido às transformações ocorridas na matriz industrial brasileira, a partir do processo excessivamente rápido e indiscriminado de abertura do mercado, que acabou eliminando importantes elos das cadeias produtivas no País.¹

Partindo-se, portanto, da constatação de que 2004 foi um ano favorável à atividade industrial, a grande questão que se coloca — e que será debatida neste artigo — é se esse crescimento terá continuidade em 2005 e se terá sustentabilidade por um prazo mais longo.

Um primeiro exame de alguns indicadores macroeconômicos confirma que 2004 foi um ano positivo para a atividade econômica brasileira.² Os grandes investimentos anunciados em 2003 contribuíram para a criação de

¹ A esse respeito, é interessante lembrar diversos artigos que chamam atenção para o fato de que a abertura do mercado levou a uma espécie de substituição de importação às avessas, que provocou o rompimento de diversos elos da cadeia produtiva. Esse processo, em sintonia com a atual dinâmica do mercado mundial, não cria as condições para a produção local de vários segmentos nos períodos de expansão da economia brasileira, pois simplesmente não existe mais a base produtiva para tanto.

² As estimativas do PIB gaúcho, bem como a análise mais aprofundada de variáveis macroeconômicas, podem ser encontradas em: **As Contas Regionais do Rio Grande do Sul em 2004** e outros textos sobre o desempenho da economia gaúcha em 2004, nesta publicação.

expectativas favoráveis, estimulando a retomada, ainda que moderada, dos investimentos em 2004 (Rodrigues; Cardoso, 2004). A balança comercial registrou superávits sucessivos, com conseqüente crescimento das transações correntes, sendo que os investimentos diretos do exterior (IDE) apresentaram incremento no período jan.-nov./04, segundo informações do Banco Central, levando à conseqüente redução da dívida externa. Entretanto a economia brasileira permanece mais vulnerável do que a da maioria dos países emergentes, devido, principalmente, às baixas reservas do País e à excessiva abertura da conta de capital do balanço de pagamentos, o que torna o País suscetível aos desequilíbrios monetários que marcam a conjuntura mundial na atualidade (Gomes Filho, 2004; Scherer, 2004).

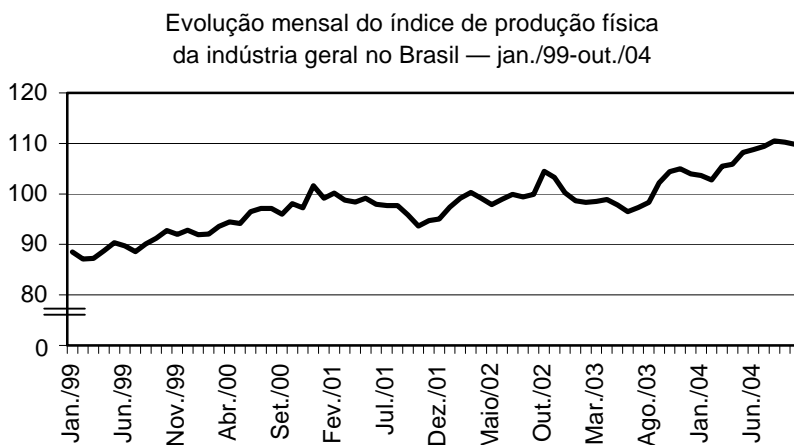
Ainda que os resultados macroeconômicos não sejam o foco deste artigo, voltado primordialmente para o desempenho industrial, constituem o pano de fundo para a compreensão dos números das indústrias brasileira e gaúcha. Na próxima seção, serão descritos os resultados relativos à indústria brasileira e seus desdobramentos setoriais no período jan.-out./04, bem como serão avaliados os fatores que explicam esses resultados. A partir dessas informações, e agregando-se alguns comentários relativos ao comportamento dos investimentos produtivos e dos indicadores de emprego e renda na indústria brasileira, serão discutidas as possibilidades de sustentabilidade do crescimento alcançado em 2004. A seção subsequente tratará da indústria gaúcha, com base nas características de sua matriz industrial, dedicando um maior detalhamento ao desempenho das diferentes atividades industriais.

Os números da atividade industrial brasileira em 2004

No ano de 2004, a indústria brasileira apresentou taxas crescentes, dando continuidade à trajetória ascendente iniciada em agosto de 2003, que perdurou, com algumas oscilações, até o mês de outubro — último mês disponível por ocasião da conclusão deste artigo —, conforme está representado no Gráfico 1, que mostra a evolução mensal do índice de produção física de janeiro de 1999 a outubro de 2004. Também os indicadores relativos à utilização média da capacidade instalada confirmam os dados de expansão da produção industrial, na medida em que diversos segmentos operam no limite de sua capacidade produtiva e apontam a necessidade de novos investimentos. Esse esgotamento verificou-se particularmente nas unidades pro-

dutoras de insumos petroquímicos, siderúrgicos, de mineração e de papel e celulose, que apresentaram crescimento acima de sua média histórica anual (Rodrigues; Cardoso, 2004).

Gráfico 1



FONTE: PRODUÇÃO física industrial: Brasil — número-índice. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em: 22 dez. 2004.

NOTA: Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal (base: média de 2002 = 100).

A recuperação da atividade industrial brasileira também pode ser identificada nas informações referentes às taxas acumuladas da produção física da indústria por categorias de uso, apresentadas na Tabela 1. Nos meses de janeiro a outubro de 2004, a indústria cresceu 8,32 % em relação a igual período de 2003, situando-se um pouco abaixo da taxa de 9,04%, que acumula os meses de janeiro a setembro e que assinala o ponto mais alto da série referida. Esses resultados expressam a fase de maior crescimento continuado da indústria brasileira nos últimos anos, embora não se possa desprezar o fato de que a base de comparação é de quase cinco anos de crescimento muito reduzido. Pode-se observar, no Gráfico 1, que o período jan./99-ago./03 registrou poucos meses com índices positivos de crescimento.

Tabela 1

Taxa de crescimento acumulada da produção física da indústria,
por categorias de uso, no Brasil — jan.-out./04

SEGMENTOS	ACUMULADA NO ANO (1)				ACUMULADA EM 12 MESES (2)
					(%)
	Jan.-Mar.	Jan.-Jun.	Jan.-Set.	Jan.-Out.	Outubro
Bens de capital	22,14	25,58	24,88	21,83	21,10
Bens intermediários	5,00	6,60	7,59	7,28	6,47
Bens de consumo	5,51	6,81	7,72	6,98	5,87
Duráveis	20,33	23,80	24,65	22,64	20,62
Semiduráveis e não duráveis	2,26	3,03	3,96	3,46	2,59
Indústria geral	6,54	8,29	9,04	8,32	7,43

FONTE: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL: número-índice. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em: 22 dez. 2004.

(1) Os dados têm como base o mesmo período do ano anterior = 100. (2) Os dados têm como base os 12 meses anteriores = 100.

Ainda na Tabela 1, pode-se constatar que a taxa mais elevada de crescimento acumulado no período jan.-out./04 foi experimentada pelo setor de bens de consumo duráveis (22,64%), seguido pela indústria de bens de capital (21,83%) e pela produção de bens intermediários (7,28%). O setor produtor de bens não duráveis, embora também tenha crescido, apresenta a menor taxa dentro desse grupo (3,46%). É importante observar que a comparação entre os resultados do período jan.-out./04 com as obtidas no período jan.-set./04 revela uma desaceleração do ritmo do crescimento em todos os setores abordados, uma vez que o viés representado por um patamar de comparação mais baixo começa a desaparecer.

Uma análise mais desagregada, com base nos dados referentes ao desempenho das atividades industriais no acumulado jan.-out./04, comparado com igual período do ano anterior (Tabela 2), mostra que os destaques positivos se concentraram na produção de veículos automotores, material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações, máquinas para es-

critério e equipamentos de informática, máquinas e equipamentos e fumo. Embora as indústrias de calçados e artigos de couro, vestuário e acessórios, refino de petróleo e álcool e farmacêutica tenham alcançado taxas muito reduzidas, que não ultrapassaram o limite de 1%, apenas o ramo edição, impressão e reprodução de gravações apresentou resultados negativos.

Tabela 2

Taxa de crescimento acumulada da produção física, por seções e atividades da indústria, no Brasil — jan.-out./04

(%)

SEÇÕES E ATIVIDADES	JAN-MAR	JAN-JUN	JAN-SET	JAN-OUT
INDÚSTRIA GERAL	6,54	8,29	9,04	8,32
Indústria extrativa mineral	1,15	1,77	3,55	3,82
Indústria de transformação	6,84	8,66	9,35	8,56
Alimentos	3,19	3,20	3,31	2,75
Bebidas	1,77	3,85	5,60	6,08
Fumo	-9,69	9,14	23,86	21,98
Têxtil	2,10	7,40	10,95	10,55
Vestuário e acessórios	-6,28	-2,42	1,24	0,65
Calçados e artigos de couro	-3,77	-2,60	0,98	0,90
Madeira	7,46	9,62	10,32	9,18
Celulose, papel e produtos de papel	8,36	8,20	8,12	7,99
Edição, impressão e reprodução de gravações	3,03	2,16	0,77	-1,07
Refino de petróleo e álcool	7,97	2,30	0,39	0,52
Farmacêutica	-2,00	3,40	1,66	1,90
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	11,42	10,30	12,87	11,54
Outros produtos químicos	4,66	7,13	6,78	6,57
Borracha e plástico	4,68	7,68	9,42	8,36

(continua)

Tabela 2

Taxa de crescimento acumulada da produção física, por seções e atividades da indústria, no Brasil — jan.-out./04

	(%)			
SEÇÕES E ATIVIDADES	JAN-MAR	JAN-JUN	JAN-SET	JAN-OUT
Minerais não-metálicos	-0,42	2,48	4,91	4,48
Metalurgia básica	2,06	3,20	3,71	3,85
Produtos de metal — exclusive máquinas e equipamentos	3,31	5,17	9,40	9,09
Máquinas e equipamentos	11,00	16,26	18,84	17,75
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	58,89	47,60	44,56	39,94
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	9,13	12,48	12,12	10,23
Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações .	36,08	34,89	25,09	18,71
Equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros	8,55	9,01	8,90	7,84
Veículos automotores	20,68	27,05	31,20	30,19
Outros equipamentos de transporte	6,99	12,47	11,22	9,73
Mobiliário	11,42	12,11	10,66	8,15
Diversos	9,29	11,22	10,98	9,10

FONTE: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL: número-índice. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em: 22 dez. 2004.

NOTA: Os dados têm como base o índice acumulado em igual período do ano anterior = 100.

No período em foco, dentro do setor de bens de consumo duráveis, que apresentou as melhores taxas de crescimento, destacam-se as atividades de veículos automotores (30,19%) e de eletrodomésticos (material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações), que chegou ao mês de outubro com uma taxa de crescimento de 18,71%. Conforme os dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a produção de autoveículos (veículos leves, caminhões e ônibus) cresceu 20,8% no período.

do jan.-nov./04, em relação a igual período de 2003, alcançando o total de 1,67 milhão de unidades. Nesse mesmo período, as exportações aumentaram 18,7%, participando com aproximadamente 30% das vendas, e o licenciamento de automóveis novos nacionais, 13% (Carta da Anfavea, 2004). Esse ritmo de crescimento não deverá manter-se em 2005, visto que, no final do ano, os produtores de veículos já acenavam com a possibilidade de desacelerar a produção, devido à tendência de aumento do preço das autopeças e dos componentes, às dúvidas em torno da queda do preço do petróleo, à manutenção da sobrevalorização do real e às previsões de menor crescimento da economia mundial. O sistema de financiamento das vendas de veículos também poderá ser afetado pelas continuadas altas dos juros previstas pelo setor (Bouças; Olmos, 2004). Frente à possibilidade de alguma redução de suas margens de lucro, as empresas automobilísticas já pressionam o Governo no sentido de reduzir o IPI, o que ilustra bem a capacidade de administrar preços — e principalmente margens de lucro — dessas multinacionais.

A produção de eletrodomésticos cresceu basicamente pelo aquecimento do mercado interno, especialmente nas faixas de média e de alta renda, mobilizadas pelo lançamento de novos produtos e pelas promoções das grandes redes de comercialização, que apostaram principalmente na flexibilização da concessão de crédito e no maior parcelamento dos pagamentos.

Quanto ao setor de bens de capital, a avaliação de suas taxas elevadas de crescimento em 2004 deve ser feita considerando-se as sucessivas quedas sofridas desde os tempos da abertura do mercado interno (Governo Collor), tendo passado por uma profunda reestruturação (ou “quebradeira”), onde alguns segmentos se fortaleceram e outros simplesmente desapareceram do mercado. Nesse caso, o crescimento deve ser atribuído diretamente às exportações (em especial, de tratores e máquinas agrícolas e de ônibus e caminhões) e indiretamente ao aumento das encomendas por parte das empresas. As informações mais desagregadas confirmam a idéia de um crescimento generalizado. No período jan.-out./04, em relação a igual período de 2003, a produção de máquinas e equipamentos cresceu 17,75%. Nesse grupo, no segundo trimestre de 2004, em relação ao segundo trimestre de 2003, outras informações mostram que a produção de máquinas agrícolas cresceu 15%; a de máquinas para construção, 36,5%; e a de máquinas para transportes, 26% (Salles; Gonzaga, 2004). O segmento de tratores e máquinas agrícolas, além da elevação das exportações, contou com as condições favoráveis de financiamento — em especial, o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota),

em vigor desde 2000 — e com o crescimento acelerado do agronegócio. Os equipamentos industriais, por sua vez, foram favorecidos principalmente pela elevação das vendas internas. Além disso, o lançamento, em julho de 2004, do Programa de Financiamento para Compra de Máquinas e Equipamentos (Modermaq), que objetiva estimular os financiamentos para a aquisição específica de máquinas e equipamentos industriais, poderá apoiar a continuidade do crescimento dessa indústria em 2005. Como a implementação do Modermaq é muito recente, ainda é cedo para medir suas repercussões sobre as vendas do setor. No entanto, a taxa de juros proposta de 14,5% continua muito elevada, visto que esta é uma linha de crédito voltada para apoiar a comercialização interna dos bens de capital e dirigida para as pequenas e médias empresas.

O crescimento da produção de bens intermediários refletiu, assim como a indústria de bens de capital, uma maior dinamização das vendas entre as firmas. A maioria dos segmentos produtores de insumos industriais já vem demonstrando a necessidade de ampliar sua capacidade, sob pena de ocorrer um problema de abastecimento em caso de expansão acelerada da demanda e da produção. De fato, alguns desses insumos já estão se constituindo em fator de pressão sobre os custos, devido à elevação dos seus preços internacionais.³

A indústria de não duráveis, por sua vez, é a que revela o menor acréscimo (3,96% de janeiro a setembro e 3,46% de janeiro a outubro). Esse setor reflete diretamente o consumo interno, sobretudo o consumo de massas, o que indica claramente a persistência do baixo poder aquisitivo da população e das ainda muito elevadas taxas de desemprego. Cabe ressaltar que o desempenho da indústria de calçados, cuja análise será aprofundada na seção relativa à indústria gaúcha, já pode estar refletindo, assim como outros segmentos exportadores, o fato de que a taxa de câmbio começa a entrar numa faixa desfavorável às exportações⁴.

³ Esse é um dos resultados da “commoditização” de parte da produção brasileira (industrial e agrícola), cuja tendência se intensifica, aumentando a vulnerabilidade em relação às oscilações do mercado internacional.

⁴ A esse respeito, é preciso considerar que, atualmente, nem a taxa de câmbio, nem a performance tecnológica, organizacional e de qualidade e *design*, dentre outros atributos, são determinantes para determinar o volume das exportações. É preciso considerar ainda a concentração da comercialização de diversos bens de consumo não duráveis e de insumos agrícolas e industriais pelos grandes grupos internacionais, que fixam preços, padrões e modelos. Com relação ao caso da indústria calçadista, ver Castilhos (2004).

Em que pese a alguns fatores específicos relacionados à oferta de insumos industriais e aos obstáculos à ampliação das exportações, pode-se constatar que, em 2004, a indústria brasileira cresceu mais — e num movimento ascendente até o mês de setembro — do que nos períodos precedentes. A questão da continuidade desse desempenho será debatida na próxima seção, com base nos dados de investimento, emprego e renda.

Os investimentos, o emprego e a renda dos trabalhadores

A discussão quanto à sustentabilidade do crescimento verificado em 2004 requer a análise do comportamento de, pelo menos, dois aspectos. O primeiro relaciona-se com as expectativas dos investidores nacionais e internacionais quanto à rentabilidade e ao retorno dos investimentos efetuados. O segundo, emprego e renda dos trabalhadores na indústria, revela as perspectivas de recuperação do mercado interno, bem como as previsões dos empresários em ampliar a produção.

No caso dos investimentos, é interessante observar os dados relativos à formação bruta de capital fixo (FBCF) pesquisada pelo IBGE, que expressa os acréscimos ao estoque de bens de capital destinados ao uso das unidades produtivas em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva. Entre os anos de 1999 e 2003, a variação real anual da FBCF obteve taxas de crescimento negativas, tendo atingido o “fundo do poço” no terceiro trimestre de 2003 (Lélis; Barroso, 2004), quando sua participação percentual sobre o PIB atingiu 17,78%, e sua taxa de variação, em relação a igual período do ano anterior, chegou a -5,7%. Já no primeiro trimestre de 2004, a taxa de variação real da FBCF cresceu a 1,8%, permitindo que, no terceiro trimestre, sua participação sobre o PIB alcançasse 11,8% (Contas..., 2004). Diversas projeções para o ano de 2004 sinalizavam que sua participação sobre o PIB não deveria ultrapassar os 20%, o que colocaria a FBCF em níveis inferiores ao da média observada a partir dos anos 80 (22%) e bem inferior ao da média dos períodos de elevado crescimento da economia nacional. Um aspecto a ser considerado, e que historicamente tem alavancado os investimentos brasileiros, é o baixo patamar em que se encontram os investimentos

estatais — praticamente estagnados —, não ultrapassando o percentual de 1,5% nos últimos anos (Kupfer, 2004).⁵

Pode-se inferir das projeções feitas pelos empresários para 2004 (BNDES apud Rodrigues; Cardoso, 2004) que pode haver uma continuidade da ampliação dos investimentos produtivos. Essas informações indicavam que a maior taxa de crescimento dos investimentos se situava no setor petroquímico, na mineração e no setor siderúrgico (indústria de transformação e extrativa mineral). Também cabe citar os investimentos anunciados na área de comércio, que podem ser um indicador da elevação das vendas domésticas na área de supermercados e grandes magazines. De qualquer maneira, como será examinado mais adiante, a maior parte dos investimentos privados, nacionais e internacionais, tem se orientado para fusões e aquisições, o que, a rigor, não significa ampliação da base produtiva.

No que se refere aos investimentos diretos do exterior, o resultado líquido (entradas menos saídas) mostra uma queda de 27,41% no período jan.-out./04 sobre igual período de 2003. Segundo Scherer (2004), os fluxos brutos de entrada e saída de IDE foram muito superiores àqueles verificados em 2003, porém esses resultados estão distorcidos pela natureza da operação envolvendo a troca de ações entre a empresa brasileira Ambev e a belga Interbrew.⁶ “Mais uma vez, as aquisições de empresas mostram a importância de não se interpretar diretamente as entradas de IDE como ampliação da formação de capital.” (Scherer, 2004, p. 8).

Outro fator que poderá limitar os investimentos relaciona-se à provável elevação do preço de algumas *commodities*, tais como o aço e o petróleo, no mercado internacional, com repercussões sobre a atividade econômica brasileira.

Tendo em vista as observações efetuadas sobre os investimentos produtivos anunciados e efetivados em 2004, considera-se muito precipitado prever que esses investimentos continuarão crescendo em 2005, principalmente com a manutenção de taxas de juros elevadas. Na verdade, mais do

⁵ No **Trade and Development Report 2003**, publicado pela Unctad, aparece claramente que o desnível entre os países latino-americanos e asiáticos quanto ao patamar dos investimentos se dá, sobretudo, pelo baixo volume de investimentos estatais na América Latina (UNCTAD, 2003).

⁶ Deve-se ressaltar, no entanto, que grande parte desse incremento se deve a uma única operação, a fusão Ambev/Interbrew, que resultou na criação da Inbev e que distorceu tanto os fluxos de entrada de investimento direto estrangeiro quanto os fluxos de saída de investimento brasileiro a partir de uma troca de ações no valor de U\$ 5 bilhões, concretizada no mês de agosto (Scherer, 2004).

que o volume, a orientação e o conteúdo dos investimentos anunciados revelam algumas tendências estruturais um pouco preocupantes. Conforme se pode deduzir dessas informações, complementadas pelas notícias divulgadas pela imprensa, os investimentos orientam-se basicamente para a produção de *commodities* com baixa intensidade tecnológica e, sobretudo, com poucos efeitos multiplicadores sobre a atividade econômica brasileira. Além disso, na maior parte dos casos, como já foi referido, não são novos investimentos; trata-se de fusões e aquisições de empresas já existentes.

Dentre as áreas citadas, a da siderurgia atravessa um processo de fusão em escala mundial, que poderá colocar as siderúrgicas brasileiras, especialistas em aços planos, em situação bastante difícil (Ribeiro, 2004).⁷ Essa tendência deverá impelir as brasileiras a buscarem novas associações, onde a ampliação de fatias do mercado mundial a partir de ganhos de escala certamente se imporá à busca pelas “melhorias tecnológicas” tão apregoadas pelas estratégias de competitividade sistêmica.

No caso do fluxo de investimentos voltados para a mineração, estes são, em geral, capitais internacionais voltados para a exploração pura e simples de recursos minerais, que, no Brasil, são abundantes e que tendem a exercer efeitos predatórios sobre o local dos investimentos.⁸

⁷ Alguns exemplos significativos de empresas na área de insumos básicos podem ser citados e considerados como tendência nesse setor. A empresa Mittal Steel, formada a partir da aquisição da norte-americana ISG pela indiana LNM, passou a controlar 20% do mercado mundial de aço. Mais ainda, contrariando as teses de desverticalização, a nova empresa vai controlar ativos de minério de ferro, coque e carvão, de forma a reduzir sua vulnerabilidade em relação às oscilações internacionais dessas matérias-primas. Outro exemplo na área de fusões e aquisições, este tocando diretamente o Brasil, refere-se à compra de mais 20,51% das ações da Companhia Siderúrgica Tubarão (CST) pela Arcelor, grupo siderúrgico europeu, no valor de R\$ 431,7 milhões (Arcelor..., 2004). O grupo já havia adquirido 5,48% do capital votante que estava nas mãos dos fundos de pensão dos empregados da CST, sendo que já detinha 15% da CST diretamente, além de 30% por meio da Aços Planos do Sul, *holding* na qual a ACESITA, também controlada pelo grupo, é dona de 50,1% do capital. Assim, a Arcelor alcança o total de 70,19% do capital votante e 63,97% do total.

⁸ Prova disso é que as principais jazidas minerais do mundo residem justamente na África, cuja exploração tem trazido os efeitos já bem conhecidos de desequilíbrio ambiental, além de baixa geração de emprego. A esse respeito é interessante o artigo de Stiglitz, **A Maldição dos Recursos Naturais**, onde são citados três senões a esse tipo de investimento: a vulnerabilidade em relação às guerras de ocupação; o fato de que os preços dos recursos são voláteis; e a baixa criação de empregos de qualidade (Stiglitz, 2004). É interessante citar alguns exemplos brasileiros, como o caso da maior concorrente da Vale do Rio Doce no mercado internacional de minério de ferro, a anglo-australiana Rio Tinto. Essa empresa tem um projeto de quase US\$ 1 bilhão para ampliar sua produção no Brasil. Seu cronograma de investimentos prevê dois milhões de

Para a indústria petroquímica, estão previstos investimentos da ordem de US\$ 40,7 bilhões nos próximos cinco anos. Nessa projeção, é necessário contar com a alavancagem do Estado, que deve responder por 80% desse montante (US\$ 34,3 bilhões), conforme está previsto no plano estratégico da Petrobrás. Os US\$ 6,4 bilhões restantes deverão originar-se na carteira de investimentos de outros grupos consorciados com a Petrobrás, a partir da abertura de mercados e da quebra do monopólio da exploração do petróleo (Rodrigues; Cardoso, 2004). Anúncios mais recentes, feitos pela direção da Petrobrás, referem-se a investimentos de cerca de US\$ 1 bilhão para os próximos dois anos. De fato, depois da privatização, a indústria petroquímica brasileira recebeu poucos investimentos, o que resultou na atual situação de falta de insumos petroquímicos. Assim, segundo informações recentemente publicadas (Arcelor..., 2004), até 2007 os novos investimentos deverão distribuir-se da seguinte forma: na produção de polietileno, as empresas Rio Polímeros, Braskem e Polítilenos União planejam investir US\$ 500 milhões; em polipropileno, as empresas Petrobrás e Braskem, em conjunto, e a Polibrasil, US\$ 300 milhões; em PET, a Rhodia e a Braskem investirão US\$ 200 milhões; na produção de PVC, as empresas Solvay, Indupa e a Braskem aplicarão US\$ 75 milhões. Esses investimentos baseiam-se em projeções de um novo ciclo de ampliação da demanda e de elevação de preços, o que deverá beneficiar a petroquímica brasileira.

As outras variáveis referidas serão analisadas a partir do Gráfico 2, que mostra a evolução mensal dos índices de pessoal ocupado assalariado, da folha de pagamento real e do número de horas pagas na indústria, no período jan./02-out./04.

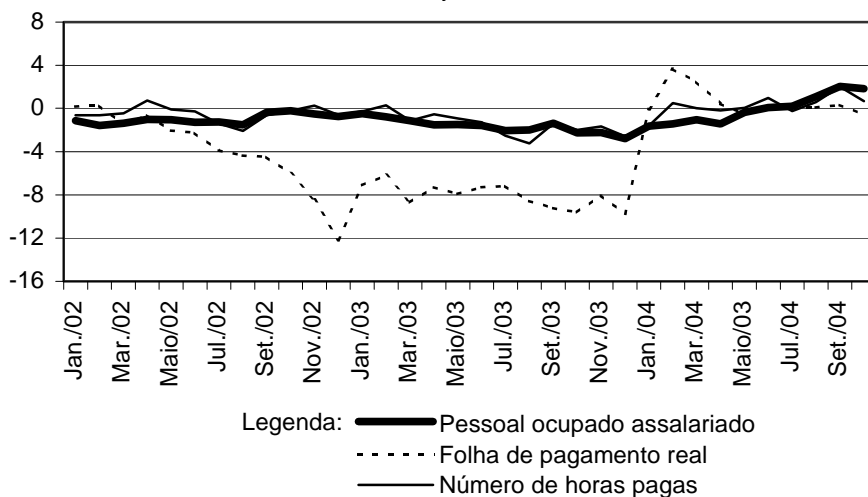
A curva de pessoal ocupado assalariado permaneceu em queda até o mês de maio de 2004, começando timidamente a crescer a partir de junho, a taxas muito reduzidas, que já desaceleraram em outubro (jun., 0,01%; jul., 0,13%; ago., 1,03%; set., 2,01%; e out., 1,84%). É evidente que essas taxas estão longe de encontrar um ritmo capaz de repor as perdas do emprego industrial ocorridas no período maio/02-maio/04. A folha de pagamento, que

toneladas em 2005, quatro milhões em 2007 e o volume total em 2009, os quais são feitos com recursos próprios da matriz. A maior parte do minério será exportada para a Argentina e para outros mercados, inclusive o norte-americano, sendo que 1,5 milhão de toneladas serão reservadas para suprir o pólo minero-metalúrgico de Corumbá, que o grupo está desenvolvendo em parceria com a argentina Techint. Com investimento avaliado em US\$ 650 milhões, o complexo envolve uma usina para produção de pelotas de ferro, uma unidade de redução direta do ferro para fazer material para siderúrgicas e uma usina de aço (Durão, 2004).

reflete a massa salarial, manteve-se com taxas negativas até janeiro de 2004, quando ocorreu uma elevação bastante acentuada, que se estendeu até o mês de março, voltando a se estabilizar a partir de abril de 2004. Esse ponto de forte elevação da folha de pagamento é sazonal e relaciona-se ao pagamento dos benefícios de fim de ano e aos dissídios coletivos da indústria. É importante atentar para o fato de que, no último período analisado, a curva estabilizou em um patamar mais elevado.

Gráfico 2

Taxas de crescimento do pessoal ocupado assalariado,
da folha de pagamento real e do número de
horas pagas na indústria geral,
no Brasil — jan./02-out./04



FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL EMPREGO E SALÁRIO: Brasil — número-índice. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>

NOTA: Dados de base fixa mensal com ajuste sazonal (base: janeiro de 2001).

A curva representativa do número de horas pagas, embora se movimente muito perto da curva de pessoal ocupado, teve um desempenho superior em alguns pontos. De uma forma bem genérica, pode-se inferir que o aumento da produção não se refletiu em correspondente aumento do emprego. Conforme já foi comentado neste artigo, a internacionalização de diversos elos das cadeias produtivas resulta em que a ampliação da produção de um bem não se reflete diretamente sobre a produção de seus fornecedores locais (ou nacionais) e, portanto, tem menores efeitos sobre o emprego. Pode-se também supor que parte do aquecimento da atividade se utilizou do aumento de horas trabalhadas, como forma de não acelerar o número de novas contratações. Finalmente, é possível que o aumento da produtividade já permita um aumento da produção sem o respectivo crescimento do emprego. De fato, uma ampliação da produção e do emprego generalizada e consistente requer uma outra estrutura de distribuição de renda, capaz de expandir a demanda doméstica, o que não aparece nos indicadores analisados.

Desse modo, as projeções de dinamização do consumo doméstico a partir da ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores, que poderiam resultar em ganhos de escala para a indústria brasileira e, com isso, em ampliação de sua competitividade no Exterior, podem não se concretizar.

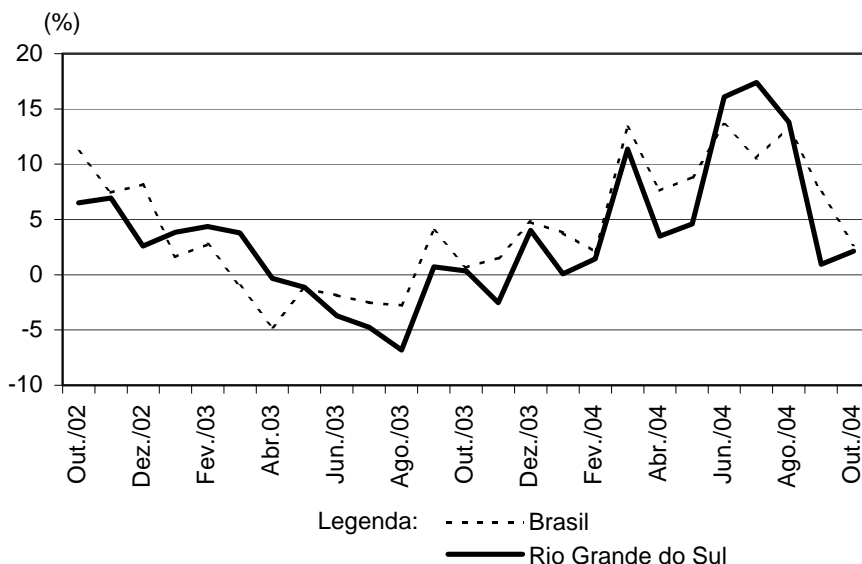
O desempenho da indústria gaúcha

A indústria gaúcha, assim como a brasileira, apresentou uma tendência ascendente na produção industrial a partir do mês de agosto de 2003, embora, em diversos momentos, essas curvas tenham se movimentado em sentidos contrários. Essas diferenças nas trajetórias podem ser observadas no Gráfico 3, principalmente a partir do mês de maio de 2004. Nos meses de maio a agosto desse ano, a produção industrial do Rio Grande do Sul cresceu a taxas bem maiores, voltando a cair no mês de agosto, e retomou a tendência ascendente em setembro. Já no Brasil, a curva manteve as oscilações regulares a partir de maio, porém sofreu duas quedas seguidas nos últimos dois meses.⁹ Mesmo assim, no período jan.-out./04, as taxas foram superiores às de igual período do ano anterior.

⁹ É preciso considerar que as comparações efetuadas a partir do Gráfico 3 referem-se a variações mensais, ou seja, à variação em relação a igual mês do ano anterior. Já o Gráfico 1, que mostra a curva de produção da indústria brasileira, descreve índices de base fixa mensal, isto

Gráfico 3

Taxas de crescimento da produção física da indústria geral
do Brasil e do Rio Grande do Sul — out./02-out./04



FONTE: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL: Brasil e Rio Grande do Sul — número-índice. Rio de Janeiro: IBGE, 2002/2004. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/indust/default.asp> Acesso em: 22 dez. 2004.

NOTA: Os dados têm como base o mesmo mês do ano anterior.

Na comparação com outros estados (Tabela 3), a taxa acumulada de janeiro a outubro, em relação a igual período do ano anterior, indica que o Rio Grande do Sul permaneceu um pouco abaixo da média brasileira, tendo ultrapassado os Estados de Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Goiás e colocando-se aquém do Amazonas, do Pará, do Ceará, da Bahia, de São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina. Isso não aponta, no entanto, uma

é, todos os meses são comparados com a mesma base (média de 2002 = 100). Mesmo assim, embora apareçam diferenças em diversos pontos que dão abertura a constatações diversas, a tendência anual aparece em ambas as curvas como sendo de crescimento.

performance menos favorável do que aquela dos demais estados, uma vez que se trata de matrizes produtivas bastante diferenciadas, onde, dentre outros elementos, o desempenho exportador e o do mercado doméstico atuam diferentemente. O importante a ressaltar é que o crescimento foi generalizado para todos os estados.

Tabela 3

Taxa de variação dos indicadores conjunturais da indústria,
por locais pesquisados, no Brasil — jul./03-out./04

ESTADOS PESQUISADOS E BRASIL	Taxa de variação dos indicadores conjunturais da indústria, por locais pesquisados, no Brasil — jul./03-out./04 (%)					
	JULHO/03			OUTUBRO/04		
	Mensal (1)	Acumulada		Mensal (1)	Acumulada	
	No ano (2)	12 meses (3)		No ano (2)	12 meses (3)	
Amazonas	14,99	0,28	-	5,79	12,54	11,55
Pará	2,64	5,78	-	11,64	9,96	9,25
Ceará	-8,28	0,02	3,04	12,46	10,20	7,17
Pernambuco	-0,88	-0,97	1,62	4,55	6,10	5,25
Bahia	-4,83	2,32	3,23	7,26	8,17	4,66
Minas Gerais	-0,72	0,98	3,30	6,33	6,19	5,89
Espírito Santo	8,15	11,78	15,24	8,47	4,12	2,71
Rio de Janeiro	-3,20	-0,58	4,55	0,65	2,10	1,59
São Paulo	-5,98	-2,76	-0,74	5,51	12,23	10,94
Paraná	11,87	5,24	2,91	6,73	8,91	8,20
Santa Catarina	-7,69	-5,92	-6,14	6,40	10,94	8,12
Rio Grande do Sul	-4,75	0,11	1,25	2,13	7,07	6,00
Goiás	-5,86	6,27	-	4,69	6,07	4,52
Brasil	-2,53	-1,11	1,93	2,71	8,32	7,43

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física regional. **Indicadores IBGE.** Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/indust/default.asp> Acesso em: 22 dez. 2004.

(1) Os dados têm como base igual mês do ano anterior = 100. (2) Os dados têm como base igual período do ano anterior = 100. (3) Os dados têm como base os 12 meses anteriores = 100.

As informações sobre a atividade industrial do Rio Grande do Sul (Tabela 4) podem ser bastante esclarecedoras de certas diferenças com relação ao restante do País. No período jan.-out./04, as melhores taxas foram alcançadas pela indústria fumageira (28,91%), seguida, em ordem decrescente, pelas indústrias de veículos automotores (22,77%), de máquinas e equipamentos (19,89%), metalúrgica básica (17,63) e de borracha e plástico (13,33%). Também se colocaram acima da média da indústria de transformação as indústrias de produtos de metal e bebidas. As indústrias de alimentos, calçados, refino de petróleo e álcool e de outros produtos químicos obtiveram taxas de crescimento inferiores às de igual período do ano anterior, sendo que as demais, ainda que com resultados positivos, se colocaram abaixo da média gaúcha.

Tal qual o movimento observado no Brasil, as vendas externas foram as principais impulsionadoras do aumento da produção, sendo este especialmente o caso do fumo e das indústrias de veículos automotores, de forma generalizada. Ainda que as exportações continuem em alta, esse estímulo começou a perder força já no terceiro trimestre, pelas razões já expostas nas seções anteriores. Essa relação é nítida no caso da indústria de calçados e também na de móveis.

A indústria moveleira registrou aumento das exportações de 57% no período jan.-out./04, em relação a igual período do ano anterior, porém o setor manifestou problemas relativos à carência de insumos (aço, plásticos e madeira), cujos preços vêm se elevando, e também ao nível atingido pela taxa de câmbio nos últimos meses, que pode estar inibindo a formação de um preço internacional competitivo (Viscardi, 2004a; Exportação gaúcha..., 2004). Por outro lado, as vendas internas, que haviam crescido um pouco, já voltaram a decrescer no mês de setembro.

A indústria de calçados, por sua vez, registrou um aumento das exportações de cerca de 10% no período jan.-nov./04, em relação a igual período do ano anterior. Esse percentual, para o Brasil, atingiu 16,7% (MDIC/Secex). Como já foi exposto em diversas análises anteriores, os estados nordestinos, em especial o Ceará, têm ampliado, de forma mais significativa, suas vendas externas, atraindo investimentos de outras regiões do Brasil, inclusive do Rio Grande do Sul (Calandro; Campos, 2004). Esses atrativos, segundo os empresários, são os “incentivos fiscais” e a “proximidade dos mercados consumidores” (Emílio, 2004). Deve-se considerar, no entanto, que as empresas nordestinas trabalham com produtos de menor valor agregado, cujo principal fator de competitividade é justamente o custo, no caso, o custo da mão-de-obra. Assim sendo, embora seus efeitos possam ser favoráveis à

rentabilidade das empresas individuais, não o são certamente para a criação de fatores de sustentabilidade do crescimento.

Tabela 4

Taxas de crescimento acumuladas da produção física, por seções e atividades da indústria, no Rio Grande do Sul — jan.-out./04

(%)

SEÇÕES E ATIVIDADES	OUT/04 (1)	ACUMULADAS NO ANO (2)					
		2003		2004			
		Jan.- -out.	Jan.- -dez.	Jan.- -mar.	Jan.- -jun.	Jan.- -set.	Jan.- -out.
INDÚSTRIA GERAL	2,13	-0,51	-0,35	4,60	6,23	7,67	7,07
Indústria extrativa mineral	-	-	-	-	-	-	-
Indústria de transformação	2,13	-0,51	-0,35	4,60	6,23	7,67	7,07
Alimentos	-5,89	-9,10	-8,95	-0,45	-0,46	-0,27	-0,89
Bebidas	4,75	-4,24	-4,94	-0,18	8,32	7,91	7,56
Fumo	-4,12	-6,60	-5,74	-13,02	9,87	30,29	28,91
Calçados e artigos de couro	8,61	-3,88	-4,43	-5,31	-6,74	-3,05	-1,67
Celulose, papel e produtos de papel	-9,62	15,79	12,57	6,82	8,90	1,36	0,07
Edição, impressão e repro- dução de gravações	6,30	-16,24	-14,83	4,72	3,96	3,57	3,83
Refino de petróleo e álcool ..	-5,75	-5,50	-3,58	12,78	6,52	-3,28	-3,56
Outros produtos químicos	-4,38	14,98	14,44	-3,90	-0,86	0,47	-0,06
Borracha e plástico	-4,14	-5,45	-3,95	13,60	15,37	15,59	13,33
Metalurgia básica	19,01	2,80	1,30	13,41	13,95	17,46	17,63
Produtos de metal — exclu- sive máquinas e equipa- mentos	-0,02	5,76	5,32	0,45	6,79	12,28	10,79
Máquinas e equipamentos	17,44	12,56	11,16	25,19	20,09	20,22	19,89
Veículos automotores	9,70	4,55	5,84	21,12	21,63	24,49	22,77
Mobiliário	4,38	-10,99	-9,60	15,93	14,70	15,16	13,67

FONTE: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL: número-índice (2003/2004). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 22 dez. 2004.

(1) Os dados têm como base igual mês do ano anterior. (2) Os dados têm como base igual período do ano anterior.

Sob esse ponto de vista, é preciso considerar que a redução do IPI para as exportações de couro *wet blue* (em fase inicial de processamento) é um fator que influencia negativamente tanto a sustentabilidade do crescimento da indústria calçadista quanto os pólos produtores de calçados de maior valor agregado, onde a integração da cadeia produtiva é o principal fator de competitividade. Prova disso é que os melhores índices de exportação foram atingidos pelo setor coureiro e não pela indústria de calçados. As exportações de couro cresceram 15%, no período jan.-nov./04, no Estado e 30% no Brasil, enquanto o crescimento das exportações de calçados gaúchos foi de 10% (Exportação..., 2004).

Outro fator que pesou negativamente nos resultados alcançados pela indústria de calçados, bem como pelas de móveis e de produtos alimentares (também incluídos entre os piores desempenhos), refere-se, mais uma vez, ao baixo nível do consumo interno. Finalmente, é importante lembrar o comentário feito na outra seção deste artigo e em trabalhos anteriores (Castilhos, 2004) quanto ao controle exercido pelos grandes distribuidores internacionais sobre os modelos e preços dos calçados nacionais (e gaúchos). Atualmente, essa ameaça poderá tornar-se mais presente com a instalação local de grandes redes internacionais, que poderão, igualmente, passar a controlar o mercado doméstico de calçados (Viscardi, 2004b).

Dentre as atividades industriais que mais cresceram no Rio Grande do Sul, é importante destacar a de veículos automotores, representada, nesse caso, prioritariamente, por ônibus e caminhões, e da qual o Rio Grande do Sul é um dos principais produtores nacionais. Esses segmentos, que, no Estado, são representados por grandes grupos já internacionalizados — de capital predominantemente nacional e com grandes vínculos regionais — vêm, há vários anos, ampliando suas fatias de participação no mercado mundial, seja através de exportações, seja através da implantação de unidades produtivas em outros países. Em 2004, o aquecimento da demanda agregada repercutiu através da ampliação de suas vendas internas. Comportamento semelhante foi observado na indústria de tratores e máquinas agrícolas, cuja produção é representada principalmente por empresas multinacionais, que, além das exportações, foram favorecidas pelo crescimento do agronegócio no Estado e no País. Esse aquecimento, por sua vez, repercutiu favoravelmente sobre a ampliação da produção de autopeças do Estado. No entanto, a indústria de máquinas agrícolas poderá reduzir sua produção em 2005, em consequência da queda das encomendas no mercado interno e das projeções de elevação do preço dos insumos (Bouças, 2004). O segmento que produz implementos agrícolas vem enfrentando dificuldades há vários anos, no Rio

Grande do Sul, uma vez que é voltado especialmente ao pequeno produtor rural, cujas chances de manutenção no mercado vêm sendo corroídas pela expansão do agronegócio. Embora esse segmento tenha algumas grandes empresas nacionais e internacionais, possui um vasto número de pequenas empresas mais tradicionais e intensivas em mão-de-obra, no caso de produtos mais simples. No final de 2004, as empresas de máquinas e implementos agrícolas passaram a formular expectativas mais pessimistas, que se refletiram na demissão de 11 mil trabalhadores.¹⁰

Considerações finais

Dentro do atual quadro da economia mundial, e considerando a maneira como o Brasil se insere nessa lógica, é praticamente impossível pensar em **crescimento sustentado**, que, neste artigo, é considerado como um tipo de crescimento que se mantém no longo prazo, acompanhado de aumento do emprego e da renda e de sua melhor distribuição. Essas projeções pouco otimistas fundamentam-se, em primeiro lugar, na política macroeconômica adotada com relação à manutenção de taxas de juros excessivamente elevadas, estimulando principalmente o fluxo de capitais não produtivos e voláteis. Em segundo lugar, porque a falta de uma política para o investimento direto induz que os investimentos produtivos se orientem sobretudo para a fusão ou aquisição de empresas já existentes, não ampliando, portanto, a base produtiva. Esses investimentos também têm se dirigido para a produção de *commodities* (agrícolas e industriais), corroendo a competitividade das empresas voltadas para produtos mais intensivos em tecnologia e desestimulando a produção agrícola de pequeno porte. Essa lógica, que segue o receituário do FMI, visa, sobretudo, manter sob controle a inflação, a dívida externa e a dívida pública, expondo o setor produtivo e os trabalhadores às constantes oscilações do mercado mundial de mercadorias e de moedas. Sob essa ótica, pode-se considerar que a possibilidade de **crescimento sustentado** é contraditória à manutenção das metas de estabilização macroeconômica.

Dentro dessa problemática, a questão das reformas institucionais efetuadas pelo atual Governo tem sedimentado as condições de vulnerabilidade

¹⁰ As expectativas das indústrias de tratores e de máquinas e implementos agrícolas não são muito positivas para 2005, uma vez que, a partir do mês de outubro, a liberação dos recursos do Moderfrota ficou praticamente parada.

externa, de descontinuidade do crescimento e de ampliação das injustiças sociais, ainda que os resultados conjunturais sejam aparentemente positivos. Nesse contexto, uma das reformas previstas para 2005 deve atingir diretamente o trabalhador: trata-se da reforma da legislação trabalhista que, dentre outras mudanças, prevê a “flexibilização” das leis do trabalho. Tal proposta deverá favorecer as empresas pelo lado da ampliação da margem de lucro (menos encargos trabalhistas e possibilidade de utilizar mais trabalho temporário a salários reduzidos e não vinculados a cláusulas de dissídios), porém debilitará ainda mais o poder aquisitivo dos trabalhadores e, com isso, o consumo doméstico, e, obviamente, não permite prever uma melhoria da situação dos trabalhadores nem uma redução significativa do desemprego.

Mesmo analisando-se o desempenho industrial exclusivamente a partir dos bons resultados alcançados em 2004, não há elementos que permitam projetar, de uma forma categórica, uma inflexão positiva da curva de produção, uma vez que a indústria brasileira já não possui elementos endógenos suficientes para se contrapor às profundas e pouco previsíveis oscilações do mercado mundial. De fato, a atual configuração do mercado interno não permite a formulação de expectativas muito auspiciosas. No período mais curto, ou seja, no ano de 2005, o crescimento da produção dependerá quase exclusivamente de duas variáveis. A primeira refere-se às exportações, mais vinculadas ao desempenho do mercado internacional do que ao nível de competitividade das empresas brasileiras. A segunda relaciona-se com as taxas de juros, onde os prognósticos apontam a continuidade da política de manutenção e/ou a elevação dos atuais níveis. Se essa orientação se mantiver, dificilmente deverá ocorrer uma continuidade do crescimento verificado em 2004. De uma forma geral, pode-se supor que a priorização dada pelo Banco Central (atração de capitais externos e controle da dívida interna e da inflação) poderá constituir-se no principal conflito com a meta de continuidade do crescimento da produção e do emprego industrial em 2005.

Evidentemente, essas considerações não se referem a todas as empresas industriais; estas, sobretudo as pertencentes aos grandes grupos internacionais, estão tendo suas condições de competitividade favorecidas pela atual política econômica. As projeções são pessimistas, quando a discussão se refere à idéia de crescimento sustentável em todas as suas dimensões.

Finalmente, no caso do Rio Grande do Sul, além das observações efetuadas, que incluem o Estado, cabe ressaltar algumas de suas vantagens com relação a outros estados brasileiros. Aparentemente, o tecido industrial gaúcho ainda possui uma certa dinâmica mais endógena, formada por uma mão-de-obra relativamente qualificada, por uma grande rede de empresas de

diversos portes, que se integram em algumas regiões, e a partir do crescimento de algumas cadeias produtivas, que são mais favoráveis à sustentabilidade do crescimento. No entanto, também o Estado está submetido às grandes determinações macroeconômicas e, por sua vez, depende, de uma maneira bastante particular, do desempenho das exportações.

Referências

ARCELOR paga R\$ 431,07 milhões à Vale por participação na CST. **Valor Online**, 20 dez. 2004. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/noticias/empresas> Acesso em: 20 dez. 2004.

BOUÇAS, Cibelle. Indústria de máquinas encara cenário menos favorável em 2005. **Valor Econômico**, São Paulo, p. B10, 7 out. 2004.

BOUÇAS, Cibelle; OLMOS, Marli. Máquinas terão queda em 2005. **Valor Econômico**, São Paulo, p. B10, 7 dez. 2004.

CALANDRO, Maria Lucrecia; CAMPOS, Sílvia Horst. Comportamento da indústria brasileira e da gaúcha no primeiro quadrimestre de 2004. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 69-93, 2004.

CARTA DA ANFAVEA. São Paulo, n. 223, dez. 2004.

CASTILHOS, Clarisse Chiappini. Indústria calçadista gaúcha: os riscos da determinação externa. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, ano 13, n. 8, p. 1, ago. 2004.

CONTAS Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2003/tab080910.pdf> Acesso em: 30 dez. 2004.

DURÃO, Vera Saavedra. Rio Tinto investirá US\$ 650 milhões em novo pólo de aço. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A1, 2 set. 2004.

EMÍLIO, Paulo. Calçadistas investem no Nordeste para exportar. **Valor Econômico**, São Paulo, p. B7, 22-24 out. 2004.

EXPORTAÇÃO de couro deve chegar a US\$ 1,3 bilhão. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 12, 21 dez. 2004.

EXPORTAÇÃO GAÚCHA de móveis cresceu 57%. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 8, 19-21 nov. 2004.

GOMES FILHO, Carlos Thadeu. Inflação. **Economia e Conjuntura**, Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, ano 4, n. 56, p. 26-30, set. 2004.

KUPFER, David. Investimento estatal caiu à metade entre 1986 e 2004. **Monitor Mercantil Digital**, 13 maio 2004. Disponível em: <http://www.acionista.com.br/mercado/monitor.htm> Acesso em: 28 dez. 2004.

LÉLIS, Marcos T. C.; BARROSO, Rafael. Investimento. **Economia e Conjuntura**, Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, ano 4, n. 56, p. 21-25, set. 2004.

PREVISÕES de investimentos no país são superestimadas. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A1; A4, 16 nov. 2004.

RIBEIRO, Ivo. Brasileiras ficam cada vez menores no cenário mundial. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A 4, 26 out. 2004.

RODRIGUES, Denise Andrade; CARDOSO, Cilene Ribeiro. Os anúncios de investimentos em 2003. **Sinopse Econômica**, Rio de Janeiro: BNDES, n. 133, p. 33-36, mar. 2004.

SALLES, Silvio; GONZAGA, Paulo. O ritmo se mantém positivo. **Economia e Conjuntura: Nível de Atividade Industrial**, Rio de Janeiro: UFRJ/ IE, ano 4, n. 57, p. 17-20, out. 2004.

SCHERER, André. Sinal amarelo nos fluxos e nas rendas de IDE. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, ano 13, n. 12, p. 8, dez. 2004.

STIGLITZ, Joseph. A maldição dos recursos naturais. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A12, 12 ago. 2004.

UNCTAD. **Trade and Development Report**. Genebra. 2003.

VISCARDI, Karen. Aumento de insumos pode frear exportação. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 6, 22 set. 2004a.

VISCARDI, Karen. Calçadistas preparam-se para a chegada de redes internacionais. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 11-12 out. 2004b. *Empresas & Negócios*, p. 7.